

# **A EXCLUSÃO DE COMUNIDADES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DE RISCO SOCIAL: o caso da Comunidade do S.**

**SOARES, Maria de Lourdes<sup>1</sup>-UFPB- marialsc@click21.com.br**

## **RESUMO**

O trabalho busca conhecer a realidade de comunidades em situação de vulnerabilidade e risco social e ambiental, neste caso a Comunidade do S, uma das mais pobres de João Pessoa, situada numa área de mangue, que vive basicamente do convívio e do trabalho com lixo, pois moram numa área que foi o antigo lixão e hoje é uma usina de reciclagem de lixo. Nosso objetivo é conhecer mais profundamente a realidade sócio-econômica e ambiental dessa população para, dessa forma propor um projeto de desenvolvimento social e sustentável que dinamize as potencialidades dos moradores de forma a introduzir ações positivas e propositivas, que possibilitem a melhoria da qualidade de vida dessas famílias.

Palavras-chave: comunidade, risco, desenvolvimento, social.

## **INTRODUÇÃO**

Com propósito de conhecer a realidade de comunidades em situação de risco social e possibilitar formas eficazes de gestão em termos de sustentabilidade social e ambiental que favoreça a melhoria das condições de vida da Comunidade do “S”, partimos para o entendimento das problemáticas dessas comunidades que surgem no contexto de um desenvolvimento desordenado que vem acentuando as questões agrárias, urbanas e ambientais.

Considerando que no Brasil, após a revolução de 30, vivenciamos um crescimento industrial e urbano de forma intensa e desordenada e que a combinação de tal processo vem ocasionando uma enorme concentração econômica com exclusão sócio-espacial da maior parte da população, particularmente nas cidades de porte médio e grande com grande fluxo de pessoas, que vem engrossando as correntes migratórias internas em busca de trabalho e

---

<sup>1</sup> Prfa do Departamento de Serviço Social da UFPB, Doutora em Ciências Sócias pela PUC SP.

sobrevivência, gerando uma enorme demanda por habitação, emprego e renda no meio urbano, problemáticas que ainda está longe de ser solucionada pelas vias convencionais, do mercado e das limitas e ineficientes políticas governamentais.

Desta feita não assistimos a estruturação de um plano eficaz, particularmente utilizando um arsenal de tecnologias alternativas disponíveis que poderiam contribuir para sanar estes problemas a baixo custo e sustentável. Enquanto isso a população vem buscando formas alternativas de sobrevivência no meio urbano, ocupando áreas de risco situadas na periferia, com salubridade precária, ambientes miseráveis e com tensões sociais, onde edificam suas moradias feitas de material de baixo custo, geralmente colhido do lixo, como restos de madeiras, papelão, plásticos, espumas, eletrodomésticos, metais e de material de construção. Para sobreviverem nessa precariedade vêm explorando o máximo do meio para garantir sua sobrevivência dentro dos mínimos possíveis, muitas vezes de forma insalubre para eles e predatória para a natureza.

Esta é a situação da favela do S, localizadas no baixo Roger, na cidade de João Pessoa, constituída de 377 famílias que, em sua maioria, é constituída de pessoas que viviam da "cata" do lixo e hoje são os "desempregados" ou subempregados do lixo, em situação de precariedade e exclusão social, expressas nas péssimas condições de vida, no tocante a alimentação, moradia, saúde, educação, higiene e saneamento básico.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **O trabalho**

O objetivo do projeto é congregar profissionais do curso de Serviço Social, Educação Física, Arquitetura e Engenharia da UFPB, para conhecer, relacionar e potencializar a melhoria das condições de vida da população através da construção de casas de baixo custo, utilizando tecnologias alternativas bem com a mão-de-obra local, assim como promover a Educação com qualificação profissional para geração de emprego e renda tanto de jovens como de adultos. Para, dessa forma, dinamizar as potencialidades dos moradores da Comunidade do "S" promovendo um desenvolvimento sustentável através da introdução de ações positivas e propositivas, que através das informações, repasse de tecnologias, capacitação, resultem na melhoria da qualidade de vida com preservação ambiental.

Os trabalhos tiveram inicio com um levantamento documental sobre a comunidade seguido de uma pesquisa empírica sobre as condições sócio-econômicas das famílias residentes na localidade. Tais atividades compreendem um resgate histórico do surgimento da

comunidade, suas características, seus problemas socioeconômicos, particularmente relacionados à situação da educação de jovens e adultos, do desemprego e renda, do déficit habitacional, das estratégias de sobrevivência e da degradação ambiental, isto é, das precariedades de suas condições de vida para, através desta constatação, buscar soluções alternativas para seus problemas, particularmente a melhoria das condições de vida da população, articulando Universidade (UFPB) e Comunidade integrando profissionais de diversas disciplinas (Serviço Social, Educação, Engenharia e Arquitetura), professores e alunos nas atividades de Pesquisa e Extensão, a fim de conhecer, relacionar e potencializar a melhoria das condições de vida da população através da construção de casas de baixo custo, utilizando tecnologias alternativas bem com a mão-de-obra local, a autoconstrução, assim como promover a Educação com qualificação profissional para geração de emprego e renda tanto de jovens como de adultos.

### **Histórico da Comunidade do S**

A Comunidade do “S”, localizado no Baixo Roger, no berço histórico de João Pessoa, a 6 km do centro da cidade, numa das áreas mais nobres da cidade, na margem direita do Rio Sanhauá, num denso manguezal, situada ao norte com o mangue, ao sul com a linha de trem e o baixo Roger a Leste com a mata e a rede de esgotos e a oeste com o lixão e a comunidade Silva Ramos.

Principal via de acesso é um aterro que forma uma estrada de rodagem, encontrar-se situada composta pelo detritos da rede de esgoto e o lixão, em área de risco social em virtude da falta de infraestrutura (água, esgoto, drenagem fluvial, pavimentação) e de estar entre uma zona de manque e um aterro sanitário, é desprovida de serviços urbanos (educação, saúde, transporte, coleta de lixo), mas, de certa forma, goza do privilégio da proximidade do centro da cidade(6 km), onde ficam os escritórios e o comércio, com facilidade de locomoção a pé, pela via férrea que margeia a área

### **AS CASAS**

A ocupação do espaço se deu com a chegada de alguns moradores(60% do interior do estado) e até de outros estados, que ocuparam o terreno, de área do manguezal, onde foram erguendo as primeiras casas construídas de tijolos aparentes, taipa, palha, blocos de cimento, e

outros materiais colhidos do lixo (resto de moveis, de madeira, de papelão, de zinco, etc, que desmoronavam a cada período chuvoso, para resistir estão sendo substituídas por alvenaria. Instaladas na miséria, cercada de poluição, excrementos e deterioradas.

No decorrer dos 30 anos, aproximadamente, de existência a comunidade passou por algumas tentativas de remoção para condomínios populares, denominados pelos comunitários de gaiolas, realizados pela prefeitura, atendendo particularmente as pessoas que moram dentro do lixão. Após esta foram realizadas reuniões na tentativa de novas remoções recusadas pelos moradores, justificada por distância do lixão e do centro, local de trabalho, da colheita e da venda de lixo pela estrutura inadequada das residências (pequenas, sem espaço livre e de primeiro andar), o que dificulta a acomodação da família e do trabalho com o lixo e outros, como a criação de animais e guarda dos instrumentos de trabalho (carroça, cavalo, etc).

[...] queriam botar agente ali numas casas de condomínio, que não cabia nem a cama no quarto. [...] Já houveram muitas reuniões e alguns foram porque moravam dentro do lixão mesmo. Os que tinham uma casinha não queriam sair daqui pra um lugar pequeno, quem tinha família grande não ia.

Ainda hoje a maioria das habitações ainda é construída de materiais do lixo, como: pau do mangue, resto de moveis de madeira e compensado (guarda-roupa, mesas) papelões, espumas, plásticos, cortinas, entre outros.

O crescimento da comunidade se deu de forma propiciada por migrantes que ,não tendo onde morar acabavam se estabelecendo no local

Eu vim para cá por causa do meu pai e de minha mãe que aqui, na comunidade...( J.S. moradora).

No decorrer dos 30 anos a comunidade passou por tentativas de remoção, realizadas pela prefeitura de João Pessoa, para Condomínios Populares.

Com a urbanização desordenada, dado significativo da Comunidade é o grande contingente populacional constituído particularmente por crianças, jovens e mulheres que assumem o papel de chefe de família o que corrobora os dados oficiais de feminização da pobreza.

Muitos dos moradores mantêm relações de compadrio e de vizinhança, além de uma identidade comum, embasada na origem, no analfabetismo, no desemprego e na permanente condição de pobreza e, conseqüentemente, na luta cotidiana pela sobrevivência.

Além destes problemas a população tem uma péssima qualidade de vida, em razão da deteriorização ambiental e as condições sócio-econômicas que os coloca em uma situação de vida subumana, vivendo do lixo e com o lixo, desempregado e subempregado. Numa disputa diária pela sobrevivência viviam no “lixão”, formado desde 1959, local onde eram depositados 10 milhões de toneladas por dia do lixo da cidade de João Pessoa, hoje com a criação do projeto de reciclagem de lixo foi absorvida parte da população ativa que alterna jornadas diurnas e noturnas de trabalho na reciclagem, enquanto outra parcela ainda continua sobrevivendo do lixo colhido nas diversas zonas da cidade, de maneira autônoma.



Para ganhar mais espaço e secar mais o solo os moradores vão adquirir restos de materiais de construção e outros para aterrar o mangue. Acrescidos aos problemas ambientais são evidenciados conflitos sociais na disputa pelo lixão, pois os territórios são geralmente demarcados e o acesso a eles depende da permissão dos que estão ocupando a área a mais tempo. Assim os lixos de maiores valores (papel, papelão e lata) pertencem aos de maior poder e mais fortes enquanto os de menores valores, as sobras, ficam com os mais inferiorizados e mais fracos.

Em 2001, atendendo a uma reivindicação dos Catadores de lixo, foi apresentado pela Empresa Municipal de Limpeza Urbana (EMLUR) um projeto para remediar os problemas do Lixão do Roger que preconizava uma transformação radical da área, incluindo a construção de um parque ecológico, um centro de educação ambiental e área de lazer. Da proposta inicial pouco foi efetivado. “Inicialmente foi retirada algumas pessoas, que foram alojadas em

apartamentos, construídos pelo ‘Projeto é Prá-Morar’ bem distante do local, e construído dois galpões adaptados com esteira para a separação do lixo. Havendo uma seleção de pessoal em que apenas alguns catadores foram cadastrados, gerando, assim, uma insatisfação dos moradores por não serem absorvidos todos os trabalhadores que tinham atividades relacionadas a cata do lixo”, ficando poucos empregados como horistas, com salários muito baixo e a maioria desempregada.

Com o Projeto de “Coleta Seletiva e Aterro Sanitário” do Governo Estadual, além dos inevitáveis impactos ambientais não houve um avanço em termos de melhoria da qualidade de vida da população local, pois houve mais uma seleção de pessoal, questionável dada a falta de transparência nos critérios adotados e por provocar exclusão de alguns trabalhadores da cata do lixo e uma limitação nos horários de trabalho, piorando assim, ainda mais, a situação sócio-econômica do pessoal, o que levou os mesmos sentirem desejosos de retornar ao estágio anterior.

A associação dos Trabalhadores em Material Reciclável(ASTRAMARE) criada pela prefeitura Municipal de João Pessoa.

Os catadores, em diversas partes da América Latina, estão se organizando para melhorar suas condições de trabalho e for fim a seu status de cidadãos de segunda classe, se reunindo em cooperativas que lhes permitam coordenar suas atividades com os órgãos sanitários municipais e negociar preços melhores, além das condições de higiene no ato da reciclagem e da valorização da atividade.

Como se vê todas essas ações, por parte do poder público, não tiveram repercussões positivas uma vez que não resultaram em mudanças positivas em termos ambientais e sócio-econômicos e a cada dia a situação vem se agravando, pois as famílias vão aumentando e a precariedade também. Mesmo com todos estes problemas os moradores dizem gostarem de morar no local, por ser calmo, perto e não violento, mas reconhecem as precariedades e a necessidade de melhorar a infra-estrutura, particularmente das ruas.

[...] “é tão bomzinho aqui, é calmo não tem violência”[...] (J.S. Moradora).

[...] “eu to bem satisfeita, gosto daqui”(M.R. Moradora).

## INFRA-ESTRUTURA

A comunidade dispõe de iluminação da rede pública, porém de forma irregular. As ruas não são pavimentadas, os esgotos são lançados na rua ou no mangue, apesar da comunidade contar com carros que fazem a coleta urbana, os moradores continuam jogando o lixo de suas casas no mangue.

Com relação ao transporte, a maioria da população faz uso de transporte público no Baixo Roger e um número reduzido de moradores possui automóveis.

À luta pela sobrevivência dessa comunidade é possível perceber que grande parte dos moradores da comunidade do S, retira seu sustento da coleta de lixo nas ruas e no Parque Ecológico construído pela prefeitura municipal de João Pessoa para substituir o antigo lixo de Roger. Contudo, apesar desse trabalho ser realizado numa cooperativa, ainda não possui condições para os trabalhadores que recebem quinzenalmente, de acordo com a produção. Por outro lado muitos moradores preferem exercer de forma autônoma, coletando materiais recicláveis nas ruas do centro da cidade a nas praias, pois afirmam ser mais lucrativo para eles, na medida em que envolve todos os familiares na atividade.

Algumas mulheres trabalham como empregadas domésticas na cidade de João Pessoa e percebem um salário que não chega ao mínimo.

É notável ao baixo nível de escolaridade da maioria dos moradores e a falta de planejamento familiar. Não existem formas de expressão cultural na comunidade. Os moradores passam a maior parte do tempo livre dispersos nas calçadas das casas, conversando ou jogando. Os grupos formais existentes são os já citados :ONG, Casa Pequeno Davi, Pastoral da Criança e a Arquidiocese e os informais são os times de futebol e os usuários de drogas (lícitas e ilícitas).

A fala dos moradores revela diferentes trajetórias de vida que têm como traço em comum a marca da pobreza. São homens, mulheres e, até mesmo crianças que limitam no espaço do lixo a possibilidade de seu cotidiano. A necessidade de ajudar a família fez com que essas pessoas ingressassem desde cedo no mundo do trabalho, tal fator contribui para uma passagem rápida pela escola.

A sobrevivência sempre foi a meta principal dessas famílias que, num horizonte limitado, passou dos biscates e atividades auxiliares na construção civil ou do trabalho doméstico, no caso das mulheres, para o ingresso na atividade de coleta de lixo, que se tornou uma atividade fixa.

Poucos, ou quase nenhum, dos moradores vivenciaram uma relação diferenciada prevalecido é o vínculo informal e a faixa de rendimentos com muito esforço chega a um salário mínimo.

Na fala dessas pessoas, é possível registrar que a “coleta de lixo é um trabalho como outro qualquer”, ou seja, apresenta o sentido moral descrito por Sarti (1996), pois mesmo estando inseridas em uma atividade socialmente desqualificada elas têm saúde e disposição para o trabalho.

## **A RECICLAGEM ENQUANTO EXPRESSÃO INFORMAL**

O cenário da pesquisa é de inúmeras carências, porém um dos aspectos mais visíveis dessa comunidade diz respeito à precária infra-estrutura, e se encontra diretamente relacionado à problemática do lixo. Desde a fundação da cidade, tanto lixo residencial quanto os detritos hospitalares da cidade de João Pessoa eram jogados no Roger, ocasionando grandes problemas tanto para o meio ambiente, quanto para a sociedade, pois a cada dia crescia o número de pessoas vivendo em condições sub humanas dentro do próprio lixão, fazendo desse lugar sua moradia e seu local de trabalho.

Alguns governantes tentaram mudar essa situação, e a partir de 1997, na gestão do Prefeito Cícero Lucena, surgem alternativas para a destinação adequada dos resíduos sólidos tomando como princípios reduzir, reutilizar e reciclar, fomentando educação ambiental e, concomitantemente, organizando a cooperativa de catadores com objetivo de integrar os trabalhadores que atuam no principal vazadouro da cidade, o “Lixão do Roger”. Somente em 1º de maio de 1997, com a inauguração desse programa de gerenciamento de resíduos sólidos, o Estado passou a intervir no sistema de coleta, disciplinando essa atividade.

Em 2003, ano em que a cidade completou 418 anos de fundação, o prefeito Cícero Lucena desativou o Lixão do Roger e inaugurou o Aterro Sanitário. A partir do dia 5 de agosto desse mesmo ano os resíduos sólidos produzidos pelos 7 municípios da Região Metropolitana de João Pessoa ( Santa Rita, Bayeux, Cabedelo, Lucena, Conde, Cruz do Espírito Santo e João Pessoa) passaram a ser tratados no Aterro Sanitário, instalado no engenho Mussuré, localizado no Distrito Industrial de João Pessoa a 5 quilômetros da BR-101.

O Aterro Sanitário em João Pessoa surgiu com a proposta não só de qualidade ambiental, mas, também, de promover geração de empregos na coleta seletiva. A iniciativa se deu face à necessidade de diminuir a quantidade de resíduos dispostos nos vazadouros e aterros, bem como de redirecionar a população marginalizada ligada a catação de material nesses locais.

Em 2004, o Centro de Triagem para a reciclagem de lixo da Empresa Municipal de limpeza Urbana (EMLUR) contava com 122 agentes ambientais e se encarregava de dar uniformes, transporte, alimentos para os agentes que trabalham diariamente, oito horas por turno, separando o lixo orgânico do inorgânico, no Aterro Sanitário, no antigo Lixão do Roger unidades de recepção dos bairros Cabo Branco e Bessa. Apesar dos recursos oferecidos aos



trabalhadores essa atividade ainda é realizada sem as mínimas condições de higiene e segurança. Todo material recolhido é vendido as empresas que trabalham com recicláveis, aproximadamente de 10 a 12 toneladas, e o valor apurado é repassado para os agentes que integram a Associação dos Trabalhadores de Material Reciclável (Astramare).

Não obstante os esforços por parte do poder público em sanar os problemas vividos pela comunidade do S, alguns moradores não conseguiram integrar no quadro de trabalhadores formais no Aterro Sanitário, nem nos centros de Coleta Seletiva, continuando a exercer suas atividades de forma autônoma, coletando materiais recicláveis nas ruas do centro da cidade e nas praias.

Segundo depoimento dos próprios moradores, quando as atividades no lixão eram realizadas individualmente, ou seja, cada pessoa era responsável por sua produção e horário de trabalho, era possível escolher quem compraria o material coletado, ou seja, quem seria o chamado “atravessador”. Havia um retorno maior, segundo depoimentos dos próprios moradores:

Enfim, o cotidiano dos moradores da comunidade do S é marcado pela trajetória da pobreza e exclusão, e apesar de todas as dificuldades – falta de condições dignas de sobrevivências e acesso aos bens e serviços – muitos não querem sair da comunidade, apenas desejam melhorias nas condições de vida, de trabalho e de infra-estrutura local.

O trabalho informal da reciclagem começou há 5000 anos atrás, quando na metalúrgica começou-se a perceber que as sobras do processo podiam ser fundidas, dando origem a novos objetos. Com o aumento do desemprego estrutural e a nova ideologia do mercado a atividade se consolida pela necessidade de reduzir o tempo útil dos produtos para aumentar a velocidade do circuito produtivo, devendo os produtos durarem pouco e terem reposição rápida. A reciclagem converte o lixo descartado em produto inicial ou em outro, economizando energia e poupando recursos naturais, dessa forma contribui para diminuir a poluição do solo, da água e do ar, contribui na limpeza da cidade e conseqüentemente na qualidade de vida das populações, prolonga a vida útil dos aterros sanitários, aumenta a produção de composto orgânicos, gera emprego para a população não qualificada e, ainda, gera receita com a comercialização, barateia produtos gerados a partir da reciclagem em relação aos originados de matéria-primas virgens. Medina(2005) acredita que esse fenômeno não é novo é que ao longo do anos vem mudando a magnitude e a visibilidade dessas atividades de recuperação do lixo, influenciados pelo crescimento inexorável das cidades da região, pela expansão do uso de embalagens de papel, plástico e vidro no setor de produtos

alimentícios e outros bens de consumo, o crescimento paralelo de indústrias que reciclam esse material, além do desemprego provocado pela crise econômica, que tem elevado milhares de pessoas a se dedicarem á coleta de lixo em tempo integral ou parcial.

### **Perfil das Famílias**

Hoje a comunidade do “S” é constituída de 377 famílias, constituídas em média de 5 a 6 filhos, com arranjos bem particularizados, quanto a composição e organização: 60% do modelo pai, mãe e filho, 13.35 pela mãe e seus filhos, decorrente de divórcios, separações, mãe solteiras e 13.3% pela avó e filho, estas quando as filhas deixam os filhos com avó, geralmente que tem um benefício social, e mãe vai viver com um homem o restante por mãe, filho, neto e genro, um processo de ampliação do núcleo familiar via integração de parentes ou não ou incremento das famílias convivendo via associação entre núcleos familiares devido a fatores concretos de condições de vida. São uniões livres(66%) e com reduzido índice de uniões estáveis, vivem maritalmente e por pouco tempo, sendo comum a troca de parceiros e a existência de filhos com pais diferentes.

È comum a gravidez entre adolescentes, com vínculos precários que não possibilitam segurança o que os fazem permanecerem dentro de casa, ampliando os núcleos familiares via integração de parentes ou não ou ao incremento das famílias convivendo via associação entre núcleos. Todos estes arranjos deixam as mulheres com a responsabilidade sobre a família, que agrega idosos, filhos, netos, etc, e\ou idosos como um dos responsáveis pelo sustento, com o uso de seus benefícios sociais (apensentarias, pensões). A precariedade em que vivem essas famílias possibilita sua extensão, quando os filhos vão permanecendo na mesma casa mesmo quando formam novas famílias.

Sempre sobrecarregando as mulheres , que 86% da constituição das famílias e na faixa etária entre 18 e 70 anos, destas 46% é de 18 a 31 e 20 % de 57 a 70 anos. 53% das famílias se dizem mantidas pelos companheiros, 26% pelos filhos, muitos menores, com a mulher senso responsável pelo cuidar da educação dos filhos, do trabalho doméstico e do trabalho fora de casa, Como as mulheres, mesmo nas situações de ter um chefe provedor da família, se responsabilizam pelas principais atividades das famílias, o que contribui para a caracterização das famílias em situação de risco social, constituídas de Idosos, mulheres, homens, adolescentes e crianças.

Todos trabalhadores do lixo, que vivem em situação sub-humana, insalubre, baixo nível sócio-econômico e desestruturadas.



Do ponto de vista econômico e sócio-demográfica\* das famílias da comunidade, estas são constituídas principalmente por famílias chefiadas por mulheres, já que os homens têm passagem transitória. São geralmente muito numeroza, de 5 a 8 filhos e de pais variados, que assumem pouco ou nada o cuidado com os filhos, desde ajudas financeiras até a educação e o afeto. Tanto que elogiam muito a mãe mas falam mal do pai. Constatamos um grande número de crianças soltas na rua sem alternativas de lazer, expostos a riscos constantes, demandando ações recreativas que favoreçam a sociabilidade e viabilize ações sócio-culturais. Pois as crianças, quando não estão fechadas em suas pequenas casas ou na escola, ou ainda nas poucas atividades de esporte e lazer, desenvolvidas por uma ONG, "O Pequeno Davi" que fica próximo da comunidade.



**Serviços**

Assim famílias inteiras (homens, mulheres e crianças) vivem no cortiço ao lado ou no aterro sanitário, espaço extremamente limitado, com risco de deslizamentos, desabamento e alagamento, em caso de chuvas fortes. É insalubre, sem esgotamento sanitário, convivendo diretamente com lixo, de onde retiram uma renda mínima para a subsistência com a venda do material (papel, papelão, garrafas, vidros, borrachas, latinhas de alumínio, cobre, etc), considerando que maior lucro fica com os atravessadores. Também do lixo retiram alimentação, geralmente restos de comidas deterioradas, e materiais para construir e mobiliar suas casas

Na própria comunidade não existe unidades de saúde apenas de uma agente de saúde, os moradores tem acesso ao Programa de Saúde da Família (PSF), no baixo Roger,.

Dispõe de uma Escola Virgem dos Pobres, na própria comunidade funcionando desde 1990, com alfabetização para 52 crianças, mantida por religiosos com parcerias internacionais. Neste mesmo espaço é realizado, nos finais de semana. Também é realizado na escola o trabalho da Pastoral da Criança, com reuniões bíblicas, orientações sobre educação da criança e programa do leite, que a mãe paga dois saquinhos e recebe oito, que atende 50 crianças de até 03 anos de idade. Também usam escolas do Baixo Roger, como a escola Frei Afonso e João Coutinho.

A Comunidade usa a ONG o Pequeno Davi, localizada no Baixo Roger, com atividades de arte-educação e música. Quanto ao fator escolaridade 60% dos informantes não concluíram o Ensino Fundamental e 33% são analfabetos.

A Comunidade dispõe de água canalizada e iluminação pública mas, geralmente feita de forma irregular. As ruas não são pavimentadas, são esburacadas e alagadas que nos períodos de chuva fica quase que impossibilitada a passagem. Os esgotos são lançados no mangue ou nas vias públicas. Apesar de ter uma coleta de lixo este é geralmente despejado no mangue ou em suas proximidades.

As pessoas da comunidade se deslocam a pé, quando para mais perto, ou de ônibus, já que apenas uns 4 moradores possuem automóvel próprio. Possuem ainda um telefone público, 40 no total, e poucos fixos ou moveis (celular). A comunidade existe pequenas vendas de produtos alimentícios, de bebidas alcoólicas, refrigerantes e lanches. Para recreação as crianças e também os adultos utilizam um espaço livre gramado na comunidade como campo

de futebol e uma lagoa barreada pela CAGEPA<sup>2</sup> e um pequeno campo gramado, que é utilizado pelas crianças para jogarem futebol. Os adultos, homens, nas suas folgas conversam nas ruas e calçadas ou jogam damas e dominó ou mesmo sinucas.

O comercio local se caracteriza pela existência de pequenas vendas de produtos alimentícios e bebidas alcoólicas

### **Atividades econômicas e sobrevivência**

A catação do lixo se inclui entre as ocupações mais perigosas, trabalham sem contrato trabalhistas e benefícios médicos ou previdenciários. É uma atividade marginal porque se desenvolve a margem da sociedade mas desempenham papel fundamental no suprimento de mataria-primas para a industria, alguns são especializados e chegam a utilizar a divisão do trabalho. Nas ruas estabelecem divisões de territoriais e fazem acordos com os moradores locais, mercearias e empresas para venderem ou repassarem materiais específicos, selecionados. Estão submetidos cotidianamente a altos riscos de acidentes e doenças, devido a sua constante exposição a materiais perigosos e fumaças tóxicas nos aterros. Acredita-se também que a pobreza em que os catadores vivem tende a ser provocada pela exploração de intermediários e líderes corruptos. Quando não são explorados, os catadores podem ganhar mais de um salário mínimo, o possibilita melhores condições de subsistência.

Dado o baixo nível de escolaridade, a falta de qualificação profissional e hábitos de trabalho adequado ao trabalho formal, estes trabalhadores dificilmente são absorvidos pelo mercado formal, mas pelo informal, que vem crescendo como estratégia de sobrevivência quanto como uma opção de vida para os trabalhadores que preferem desenvolver seu próprio negócio, marcado pela instabilidade e precarização, baixo nível de produtividade e remuneração, marcado pela dupla jornada, particularmente quando adicionado ao trabalho doméstico. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) considera trabalhadores informais aqueles que exercem atividades econômicas a margem da lei e desprovidas de proteção ou regulamentação pública, regulamentação contratual, e cuja produção acontece em pequena escala.

com 60% das mulheres como do lar e não tendo qualificação profissional e 20% delas como aposentadas e pensionistas, conseqüentemente, o desemprego, a maioria das famílias da comunidade tiram seus sustentos da coleta de lixo, uma parte ligada a coleta seletiva,

---

<sup>2</sup> Companhia de Água de Esgotos da Paraíba.

realizada no Parque Ecológico, administrado pela prefeitura de João Pessoa e outra colhendo diretamente na rua e comercializando.

O funcionamento do Parque Ecológico passou por um processo longo e desgastante, do qual foram selecionados alguns moradores para trabalharem como "Agente Ecológico", denominação para um trabalho precarizado sem as mínimas condições de higiene e segurança e com baixa remuneração, recebendo quinzenalmente R\$ 40,00, o que exige a continuação da cata de lixo e outras atividades ligadas ao mercado informal. Os moradores que não foram contemplados com a participação da coleta seletiva continuam a atividade de catar lixo pelas ruas da cidade e vender aos atravessadores. Os coletores são os que estão nas ruas, caçadas e parques, junto a aglomerados de pessoas, supermercados e festas, separando sacos de papel e papelão, lata e ferro, vidro e comida e conduzem nos braços, na cabeça ou em carroças puxadas a mão ou animal (burro ou cavalo) [...] "quando não existia a coleta seletiva não faltava nada dentro de casa, ganhava mais de um salário, prefiro trabalhar por conta própria" (M. R. morador).

São pessoas que "vivem no lixo e do lixo" com grandes problemas, sem qualificação, desempregados e subempregados, em condições precárias de trabalho, tendo que recorrer a informalidade ao mercado informal para sobreviverem, 40% recebem 1\2(meio) salário mínimo, 33% um salário mínimo e 13% declararam não possuir renda fixa, por viverem do trabalho informal, principalmente da cata e da reciclagem de lixo e outros bicos. 80% são usuárias de programas do governo federal, como O Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PET).

## CONCLUSÃO

As comunidades em situação de risco social, como a comunidade do S, denunciam o modelo de desenvolvimento adotado, concentrador, voltado para o lucro fácil e farto, sem compromisso com o social e a sustentabilidade. Uma urbanização desordenada e desenfreada que vem gerando um déficit habitacional que se eleva, uma falta de saneamento básico e fornecimento de água potável limitado, além de uma deficiente política de educacional e de saúde e de criação de emprego e renda.

Dessa forma vem gerando uma cadeia de problemas que vai agravando a situação, como é o caso da Comunidade do S, que é a denuncia de nosso modelo de desenvolvimento e da ineficácia das políticas sociais, e ao mesmo tempo de chamado urgente de um enfrentamento eficaz, que deve envolver o conjunto da sociedade e medidas multifacetadas.

## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Cládia de Medeiros. **Sistema construtivo para construção habitacional em lugares escalas**. São Paulo, FAUUSP, 1984.

CABALLERO, Araceli. **Um triângulo muy viciado: consumo, pobreza, y deterioro ambiental**. Manos Unidas, Madrd, 1997.

DIAZ, Carlo. **Hacia La Humanidad Nueva**. Conjería de Educación y Cultura de la junta de castilla Y León, Ayuntamiento de Valladolid, 1996.

MASSENA, Rosa M. R. **O Tema habitacional. na Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD)**. (Texto para discussão n°. 895 Brasília: Publicações PEA, 2002

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos Cortiços aos condomínios**..Rio de Janeiro: Cicvilização Brasileira,1997.

SANTOS, Cláudio H.M; CRUZ, Bruno O. **A Dinâmica dos mercados habitacionais Metropolitanos: aspectos Teóricos e uma aplicação para a grande São Paulo**, . (Texto para discussão n°. 713), Brasíia: Publicações PEA, 2000.

TASCHENER, Susana P. **Habitação da pobresa: alternativa de moradia popular em São Paulo**:FAUUSP,1982.

**Revista Perspectivas: notas sobre intervención. Revista de trabalho Socioal**. Caderno 02, Santiago do Chile: Universidade Católica Blas Cañas, 1995.